



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## Reestruturação metropolitana e particularidades regionais: tendências recentes na Região Metropolitana de Belém<sup>1</sup>

Sessão Temática 01: Crise e reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil

**Érica Mayara Santiago Ramos**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
E-mail: ericamayara@outlook.com.br

**Rafaele da Costa Albuquerque**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
E-mail: rafaelealbuquerque14@gmail.com

**Tiago Veloso dos Santos**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
E-mail: tiago.veloso@ifpa.edu.br

---

*Resumo. No contexto recente de produção do espaço na Região Metropolitana de Belém (RMB), analisa-se tendências de reestruturação que acompanham a consolidação da metrópole em uma configuração ampliada, na qual identifica-se duas variáveis potencialmente associadas a esse movimento atual. Em primeiro, a efetivação de um conjunto de unidades de conservação no espaço metropolitano de Belém que por meio de um conjunto de políticas e práticas viabilizam uma nova espacialidade urbana operando em escala metropolitana, utilizando da temática ambiental para reestruturar o espaço em torno de um tipo de urbanismo verde. Em segundo, a emergência de novas atividades econômicas associadas a indução do papel logístico que a RMB passa a ter nas décadas recentes. Essas duas variáveis distintas, mas associadas no tempo e espaço, aparentam dar novos sentidos à metrópole em escala regional, ampliando seu raio de influência por meio da intensificação de seu papel de centralidade na rede urbana regional.*

*Palavras-chave. Metrópole regional; Região Metropolitana de Belém; parques metropolitanos*

### **Metropolitan restructuring and regional particularities: recent trends in the Metropolitan Region of Belém**

---

**Abstract.** *In the recent context of space production in the Metropolitan Region of Belém (RMB), restructuring trends that accompany the consolidation of the metropolis in an expanded configuration are analyzed, in which two variables potentially associated with this recent movement are identified. First, the implementation of a set of conservation units in the metropolitan area of Belém which, through a set of policies and practices, enable a new urban spatiality operating on a metropolitan scale, using the environmental theme to restructure the space around a type of green urbanism. Second, the emergence of new economic activities associated with the induction of the logistical role that the RMB has come to play in recent decades. These two distinct variables, but associated in time and space, seem to give new meanings to the metropolis on a regional scale, expanding its radius of influence through the intensification of its role of centrality in the regional urban network.*

---

1 Trabalho resultante da pesquisa “Mudanças estruturais na morfologia urbana em metrópoles amazônicas: Belém e Manaus em perspectiva comparada”, que ao longo dos anos de 2021 e 2022 contou com o apoio institucional e financeiro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará, por meio do Edital n. 02/2021 (PIBIC-Gr/IFPA/FAPESPA) e da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, através do Edital n. 04/2022 (PROPPG/IFPA).

Keywords: regional metropolis; Belém Metropolitan region; metropolitan parks

## Reestructuración metropolitana y particularidades regionales: Tendencias recientes en la Región Metropolitana de Belém

**Resumen.** En el contexto reciente de la producción espacial en la Región Metropolitana de Belém (RMB), se analizan las tendencias de reestructuración que acompañan la consolidación de la metrópolis en una configuración expandida, en las que se identifican dos variables potencialmente asociadas a este movimiento reciente. Primero, la implementación de un conjunto de unidades de conservación en el área metropolitana de Belém que, a través de un conjunto de políticas y prácticas, posibiliten una nueva espacialidad urbana que opere a escala metropolitana, utilizando la temática ambiental para reestructurar el espacio en torno a un tipo de urbanismo verde. En segundo lugar, la aparición de nuevas actividades económicas asociadas a la inducción del papel logístico que ha venido desempeñando el RMB en las últimas décadas. Estas dos variables distintas, pero asociadas en el tiempo y el espacio, parecen otorgar nuevos significados a la metrópoli a escala regional, ampliando su radio de influencia a través de la intensificación de su papel de centralidad en la trama urbana regional.

Palabras clave: metrópolis regionales; Región Metropolitana de Belém; parques metropolitanos

### 1. Introdução

Na geografia recente da expansão da urbanização da sociedade e do território brasileiro, percebe-se com maior regularidade a disseminação de aglomerados metropolitanos como expressão territorial do que Lencioni (2008) conceitua como metropolização do espaço<sup>i</sup>, uma forma-produto espacial das dinâmicas urbanas do capitalismo contemporâneo, das tendências intensificadas de concentração e centralização do capital nos espaços urbanos mais densificados. No caso brasileiro, os processos de metropolização do espaço aparentam ser a repercussão mais intensa da urbanização do território<sup>ii</sup>, conforme caracterizado por Santos e Santos e Silveira (2005; 2001).

Ao mesmo tempo em que esses processos são uma característica da urbanização planetária (BRENNER, 2018), a disseminação da urbanização pelo território nacional e, mais atualmente, da metropolização do espaço, não obedecem a um padrão homogêneo. Ao contrário, há uma diversidade de formas metropolitanas, consequência dos processos distintos de produção desses espaços pelas regiões em território nacional.

Nesse caso, a partir da realidade urbana da região amazônica, toma-se como referência empírica de análise a Região Metropolitana de Belém (RMB), segunda principal aglomeração da Amazônia brasileira<sup>iii</sup>. Esta região tem apresentado uma significativa alteração de sua paisagem natural em virtude das transformações provocadas como consequências das formas de produção do espaço regional a partir da segunda metade do século XX, que coloca as cidades e o urbano como a principal referência territorial no início do século XXI.

Reconhecendo essa mudança como uma característica da urbanização contemporânea, é importante analisar a lógica da produção dessa forma urbana – a metrópole –, identificada mais pela concentração e disseminação de fluxos materiais diversos que são produto, condição e meio da produção do espaço, cada vez mais densos em termos de relações socioespaciais, do que pela simples unidade físico-territorial da mancha urbana.

A identificação de tais mudanças torna-se possível mediante a análise das ações materializadas na metrópole pelos agentes produtores do espaço urbano, como o Estado, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e os grupos sociais

excluídos, conforme estes agentes são caracterizados por Corrêa (1989). Parte-se da premissa da ação orientada desses agentes por uma lógica capitalista hegemônica como infraestrutura econômica que propulsiona a produção e reprodução do espaço urbano enquanto instância da sociedade.

Nesse sentido, a Região Metropolitana de Belém (RMB) é a institucionalização espacial da tendência à metropolização que se apresenta em Belém pelo menos desde a década de 1960, sendo uma expressão urbana do desenvolvimento de processos de integração regional que foram efetivados na região amazônica desde aquele período. A constituição de um aglomerado metropolitano em uma cidade que esteve sempre constituindo um importante centro urbano regional, modificou a sua estrutura intra-urbana e pode ser compreendida dentro de algumas particularidades que são mais evidentes em décadas recentes.

Dentre essas particularidades, destaca-se o contínuo espraiamento da mancha urbana da metrópole, que ao longo das últimas três décadas têm sido caracterizada pela progressiva ampliação de sua malha urbana e institucional. Esse espraiamento se materializa tanto na ampliação de municípios que compõem a região metropolitana, mas também por uma dispersão cada vez mais ampliada do tecido urbano. E, tal dispersão metropolitana tem sido marcada por um processo de convivência contraditória para com os elementos que constituem a paisagem urbana e ambiental construída e as atividades que dão suporte material à economia metropolitana.

Dentre essas transformações correntes em termos da morfologia ambiental da região metropolitana de Belém, identificamos em período recente (1988-2018) um conjunto de políticas e práticas que são instrumentalizadas para construir, modelar e disciplinar uma espacialidade específica no espaço urbano da Região Metropolitana de Belém e que resultam na adoção de um conjunto de medidas cuja expressão material é a criação de unidades de conservação de diferentes tipos e parques metropolitanos que reconfiguram a morfologia da metrópole.

Um segundo aspecto das transformações ainda mais hodiernas é a existência de um conjunto de novas atividades econômicas que passam a se localizar na RMB na última década (2010-2019) e que em geral estão contidas dentro do setor de atividades denominado como “logística” (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), ou seja, transporte, organização e distribuição de cargas e mercadorias, conectadas por grandes objetos e malhas de infraestrutura recentes e que passam a ter importância não apenas na escala intra-urbana da metrópole, mas também em termos de viabilização da ampliação das conexões sub-regionais. Tais empreendimentos são expressão da importância do terciário moderno na produção do espaço metropolitano em Belém, diferente de outras realidades urbanas e metropolitanas no Brasil, nas quais o capital industrial foi o principal vetor de indução da expansão do tecido urbano e que contam com o peso do capital financeiro-imobiliário em período mais atual.

Reconhecendo as particularidades desta realidade metropolitana e regional no território brasileiro, parte-se do problema de pesquisa que considera a reestruturação da produção do espaço metropolitano em Belém a partir desses dois elementos descritos acima que, apesar de em um primeiro olhar não estarem necessariamente conectados, constituem-se em nossa interpretação em variáveis distintas de novas lógicas de produção do espaço metropolitano que alteram a morfologia intra-urbana e o papel de Belém em termos regionais.

Do ponto de vista metodológico procedeu-se a uma abordagem qualitativa, associando a hipótese teórica das mudanças na morfologia metropolitana as duas variáveis descritas. Para isso, como técnicas de pesquisas, o percurso metodológico iniciou pela revisão teórica e empírica da temática analisada, com a sistematização de literatura acerca da ascendência de Belém como metrópole regional<sup>iv</sup> na segunda metade do século XX, em conjunto com a institucionalização de seu recorte espacial, a Região Metropolitana de Belém<sup>v</sup>.

Em seguida, buscou-se no levantamento de informações subsídios para uma identificação do período de origem dessas variáveis. Por meio da consulta documental de legislação e registros jornalísticos na imprensa tradicional foi possível identificar uma genealogia do processo de formação das unidades de conservação constituídas e das novas atividades econômicas emergentes, relacionando-as a reorganização de uma nova morfologia urbana da metrópole nas últimas duas décadas. Além disso, dados estatísticos acerca das atividades econômicas, coletados em fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além das informações oficiais das empresas identificadas, compuseram elemento auxiliar de uma compreensão da importância e escala dessas novas atividades econômicas para a base material do espaço metropolitano de Belém.

Um terceiro aspecto das escolhas metodológicas adotadas, é que elas possibilitaram identificar elementos para a construção de uma cartografia das duas variáveis, identificando sua localização e espacialidade na configuração metropolitana de Belém.

Esse conjunto de informações sistematizadas permitiu a identificação preliminar de uma nova configuração da estrutura urbana e ambiental da metrópole e que representa a compreensão do objeto de pesquisa que vai ao encontro da compreensão das novas dinâmicas espaciais que se dão em escala metropolitana, alterando estruturas pré-existentes que deram origem a essa metrópole constituída.

Desse modo, articulamos a pesquisa apresentada neste texto as transformações de natureza social e espacial ocorridas na Região Metropolitana de Belém e que demandam formas de problematização a partir de uma realidade metropolitana particular os fenômenos de especialização produtiva e expansão do terciário superior que caracterizam formas de especialização regressiva e caracterizam a desindustrialização da economia brasileira e a heterogeneidade dos seus efeitos territoriais.

Desse forma, o problema de pesquisa apresentado problematiza sobre a realidade metropolitana de Belém a partir das mudanças empíricas observáveis em período vigente, refletindo sobre questões como as transformações produtivas desencadeadas na última década e suas relações com as transformações territoriais em uma metrópole periférica da rede urbana brasileira.

## **2. Transformações ambientais recentes na morfologia metropolitana de Belém: produção de natureza urbanizada e criação de unidades de conservação**

Desde os anos 1990, sob a perspectiva da produção de um espaço urbano cada vez mais disperso, a construção da paisagem urbana da Região Metropolitana de Belém tem sido marcada pela efetivação da política

ambiental via a criação de áreas de preservação em diferentes esferas político-administrativas – estaduais e municipais – de natureza ecológica.

De um ponto de vista geral, essa tendência não pode ser desvinculada de processos estruturais em escala global, como por exemplo, a valorização de abordagens de desenvolvimento urbano relacionadas à inserção de elementos ambientais no planejamento e na gestão da metrópole. Nesse caso, percebe-se que existe um contexto de difusão de ideias e de conhecimento, que são apropriados por agentes sociais relevantes na condução das políticas urbanas. Os impactos de efetivação desta agenda ambiental na RMB no período destacado e, em particular, a adoção destas políticas no espaço metropolitano, provocam remodelações tendo em vista os processos históricos de perda da cobertura vegetal, da identidade urbana e da natureza urbanizada considerando a realidade de uma metrópole na região amazônica.

Para Cavalcanti (2008), a ideia de “agenda” indica um conjunto de temas ou objetivos que influenciam a tomada de decisão e que levam à definição de políticas. Os temas são determinados por tomadores de decisão, tanto pertencentes aos governos, quanto a grupos externos, como intelectuais e acadêmicos, políticos das diferentes vertentes do espectro ideológico, a sociedade civil com as organizações não governamentais, os movimentos sociais, as empresas que influenciam nas ações governamentais.

A difusão de inovações na agenda urbana tem impactado de forma sutil, e às vezes de forma explícita, a formulação de políticas urbanas nas cidades brasileiras. Tal aspecto é de fundamental importância para ser investigado e ampliar o conhecimento acerca do processo de como as políticas são formuladas; quem são os principais atores envolvidos (direta e indiretamente) e como as decisões para implementação de programas urbanos são realizadas (CAVALCANTI, 2008, p. 24).

Ao mesmo tempo, não se pode desconsiderar que o estabelecimento de uma política ambiental em escala nacional é um elemento que em muito contribuiu para as práticas de institucionalização de espaços urbano-ambientais, em geral vinculados à ideia de preservação da natureza e conservação de elementos paisagísticos e proposições de planejamento e gestão urbana mais “sustentável”, posto que na implantação de uma determinada abordagem de desenvolvimento no espaço urbano, torna-se necessária a criação ou a readequação de um conjunto de elementos que viabilizem a aplicação das políticas e tenha legitimidade administrativa e simbólica. Esses elementos visam a criar uma imagem de ações que se pretendem implantar no espaço. Esse conjunto de elementos, sistema de objetos e sistema de ações levam adiante as práticas espaciais, pois segundo Santos:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. [...]. O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes (Santos, 2004, p. 39).

Nesse caso, considera-se enquanto composição de um sistema de objetos e ações um conjunto de decisões, instituições, normas e símbolos, que a partir dos instrumentos de planejamento do espaço metropolitano identifica uma abordagem na condução da diretriz de desenvolvimento urbano.

De fato, compreendendo o urbanismo enquanto um conjunto de técnicas e práticas que visam a modelar o espaço urbano e, em último caso, disciplinar as práticas sociais (HOFFMAN, 2001) a emergência de um “urbanismo verde” não pode estar associada exclusivamente a planos e instrumentos regulatórios restritos, mas à adoção de normas e práticas sociais associadas a um novo ambiente construído e aos novos elementos da paisagem.

Nesse caso, diferente do “*business as usual*” das tendências recentes de urbanismo global, o que estamos vendo ser produzido em termos de morfologia urbano-ambiental na RMB não está associada a um *marketing* agressivo do novo urbanismo verde ou de “práticas de sustentabilidade” urbana como modelo de gestão do espaço. Uma hipótese para que isso ocorra é pelo fato de a espacialização dessas unidades de conservação em escala metropolitana não estar associada a uma esfera de gestão governamental específica, a um programa político de governo ou mesmo a uma coalizão urbana.

Ao invés disso, identificou-se diferentes escalas político-administrativas atuando em prol dessas novas espacializações, em níveis diferentes e temporalmente desvinculadas. O que vem ao encontro da interpretação de que na Região Metropolitana de Belém, essa preocupação atual em promover um significativo aumento das áreas de proteção ambiental tem menos a ver com um tipo específico de planejamento e gestão urbana suscetível a engajamentos em prol da sustentabilidade, mas sim está relacionada com a disseminação de uma agenda mais ampla que viabiliza intervenções no espaço metropolitano sem necessariamente provocar conflitos visíveis entre diferentes grupos e classes sociais.

É neste sentido que se observa que a partir da década de 1990, dissemina-se uma tendência relevante de criação de espaços de conservação e preservação ambiental, dentro de perspectivas de planejamento e gestão urbana que perpassa diferentes escalas da administração pública e participação de agentes privados. Uma síntese desse movimento que se expressa em natureza normativa na constituição de um conjunto de parques e unidades de conservação na RMB está detalhado no Quadro 01.

**Quadro 01 - Região Metropolitana de Belém: constituição de unidades de conservação de natureza ambiental (1988 – 2018)**

Unidade	Caracterização	Localização na RMB
Parque Ambiental Ecológico da Ilha de Mosqueiro	Conjunto de ilhas que busca viabilizar atividades de ecoturismo e proteção dos mananciais, da flora e da fauna. Criado pela Lei Municipal nº 1401, de 1988 e englobada pelo Plano Diretor de Belém.	Distrito de Mosqueiro / Município de Belém
Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren	Instituído em um fragmento de floresta primária como unidade de uso integral. Situado entre dois conjuntos habitacionais e formado originalmente por 44 ha de floresta sob supervisão da Associação dos Moradores dos Bairros. Criado pela Lei Municipal nº 7539/1991 e validado como Unidade de conservação pela Lei Federal 9985/2000.	Município de Belém
Parque Estadual do Utinga (PEUt)	Unidade de Conservação de Proteção Integral com 1.393 hectares, criado pelo Governo do Estado do Pará. A área também já fazia parte da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Ambiental do Plano Diretor de Belém. Ratificado	Municípios de Belém e Ananindeua

	pele Decreto Estadual nº 1.552/1993 e Decreto Estadual nº 265/2011.	
Museu Seringal	Parque e museu instituídos como Unidade de Conservação do Ministério do Meio Ambiente, voltada ao lazer, preservação e educação ambiental, além da memória regional, contando com reservas de seringueiras cultivadas no período da Borracha. Criado pela Lei Municipal nº 2.231/2006.	Município de Ananindeua
Mangal das Garças	Parque resultante de intervenção em uma área de 40.000 m <sup>2</sup> às margens do Rio Guamá, no centro de Belém. O Parque representa as diferentes macrorregiões do Pará: matas de terra firme, de várzea e os campos. Criado pela Lei Municipal nº 8.665, Plano Diretor de Belém/2008.	Município de Belém
Revis Metropolitana da Amazônia	Refúgio de Vida Silvestre que abrange 6,3% da área de quatro municípios. A Unidade assegura condições de existência ou reprodução de espécies da flora e da fauna, além da manutenção de serviços ambientais, com a conservação de 31% de florestas primárias da RMB. Criada pelo Decreto Estadual nº 2211/2010.	Municípios de Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Izabel do Pará
Parque Ambiental Antonio Danúbio	Criado em vazio urbano na área central do município. A área reproduz plantas frutíferas e é um refúgio para animais de pequeno porte. O Parque é um espaço de lazer multiuso estabelecido na Política Urbana e Ambiental do Município através da Lei municipal nº 2.472/2011	Município de Ananindeua

Fonte: Informações institucionais das Unidades de Conservação Organizado pelos autores (2020)

Do ponto de vista das decisões, o conjunto de áreas verdes criadas em grande escala a partir dos anos 1990, ratifica uma orientação disseminada pelas instâncias político-administrativas em tornar o desenvolvimento metropolitano a partir da orientação do aproveitamento e conservação do meio ambiente, e pode ser visualizado a partir de três elementos que conduzem o fio da meada das gestões: 1) a normatização de medidas de planejamento com enfoque ambiental consolidando a materialização de um pretenso “esverdeamento da metrópole”; 2) a institucionalização de instâncias administrativas e ambientais; 3) a utilização de um conjunto de símbolos prático-sensíveis para constituir a imagem ambiental pretendida, em uma espécie de “*rebranding verde*”.

No caso da normatização de políticas e práticas de planejamento com enfoque ambiental que materializam um “esverdeamento da metrópole”, as evidências para a RMB demonstram que essa efetivação de Unidades de Conservação urbanas não está associada a grandes planos ou macrodiretrizes de planificação. Ao contrário, percebe-se muito mais um conjunto de ações e medidas normativas em relação à uma idealização de sustentabilidade urbana que se acumulam em diferentes esferas político-administrativas na produção do espaço.

A institucionalização se dá a partir da instalação de instâncias político-administrativas até então não existentes, como a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará<sup>vi</sup>, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Belém<sup>vii</sup> e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento do Meio

Ambiente de Ananindeua<sup>viii</sup>. Além desses órgãos executivos que garantem a legitimidade política e a operacionalização das ações, as próprias unidades de conservação, ao serem criadas, geram uma institucionalidade em menor escala que tem por objetivo a gestão das áreas de conservação, como os Conselhos das Unidades de Conservação.

Em termos de utilização de um conjunto de símbolos prático-sensíveis para expressar a imagem ambiental pretendida, há uma tentativa de reposicionamento da marca da cidade, particularmente a partir das áreas constituídas como natureza urbanizada das quais os parques metropolitanos são expressão. Nesse caso, estamos diante de um caso de “*place branding*” entendido enquanto uma reelaboração do *marketing* urbano voltado à valorização dos temas ambientais e da sustentabilidade. Em termos conceituais:

The concept of place branding refers to a variety of practices and tools used by political organisations and local governments to divulgue and market an image and set of values associated with their city, region or nation (ANDERSSON; JAMES, 2018, p. 3438)

Ocorre que no caso da RMB, que não teve sua urbanização estritamente induzida a processos de industrialização, o “esverdeamento urbano” expresso nestes parques tem o sentido claro de reação contra a progressiva perda de cobertura vegetal vivenciada pela cidade e o distanciamento da identidade da capital como a “Cidade das Mangueiras”. Além disso, essa tentativa de *rebranding* verde na RMB também se mostra uma resposta à permanente tendência de dispersão do tecido urbano da metrópole por um território cada vez mais amplo, o que leva a efeitos negativos correlatos como o aumento da frota de veículos automotivos ao longo da década de 2010<sup>ix</sup>.

No caso da RMB, é importante compreender que a implementação dessas áreas não está necessariamente coordenada por uma gestão político-administrativa centralizada, posto que não há essa figura no ordenamento político institucional brasileiro. As instâncias municipal e estadual atuam em sentido mais ou menos comum, mas não necessariamente em coordenação ou temporalmente harmonizadas, o que reforça o argumento da disseminação da orientação mais forte da agenda ambiental no plano político mais amplo.

Em termos gerais, os instrumentos que possibilitam a criação de Unidades de Conservação são aqueles viabilizados pela política urbana brasileira após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Um desses instrumentos é o Plano Diretor Urbano Municipal, elemento concreto do processo de planejamento e gestão urbana brasileira. Nos dois maiores municípios que compõem a RMB, Belém e Ananindeua, e que tem os planos diretores mais antigos, é visível a importância do componente ambiental no ordenamento do espaço urbano.

No Plano Diretor de Belém, que existe desde os anos 1990, destaca-se a importância dos espaços de lazer na política de planejamento sustentável da cidade. Nas *Diretrizes da Política de Meio Ambiente do Município* foram destacadas como finalidade “a preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades locais em harmonia com o desenvolvimento econômico, visando assegurar a qualidade ambiental propícia à vida” (BELÉM, 1993, p. 01).

Dentre os principais instrumentos de planejamento estabelecidos pelo Plano Diretor em Belém, destacam-se as Zonas Especiais de Preservação Ambiental (ZEPA) que foram definidas como áreas de proteção dos mananciais de abastecimento d’água, áreas cujas características paisagísticas e

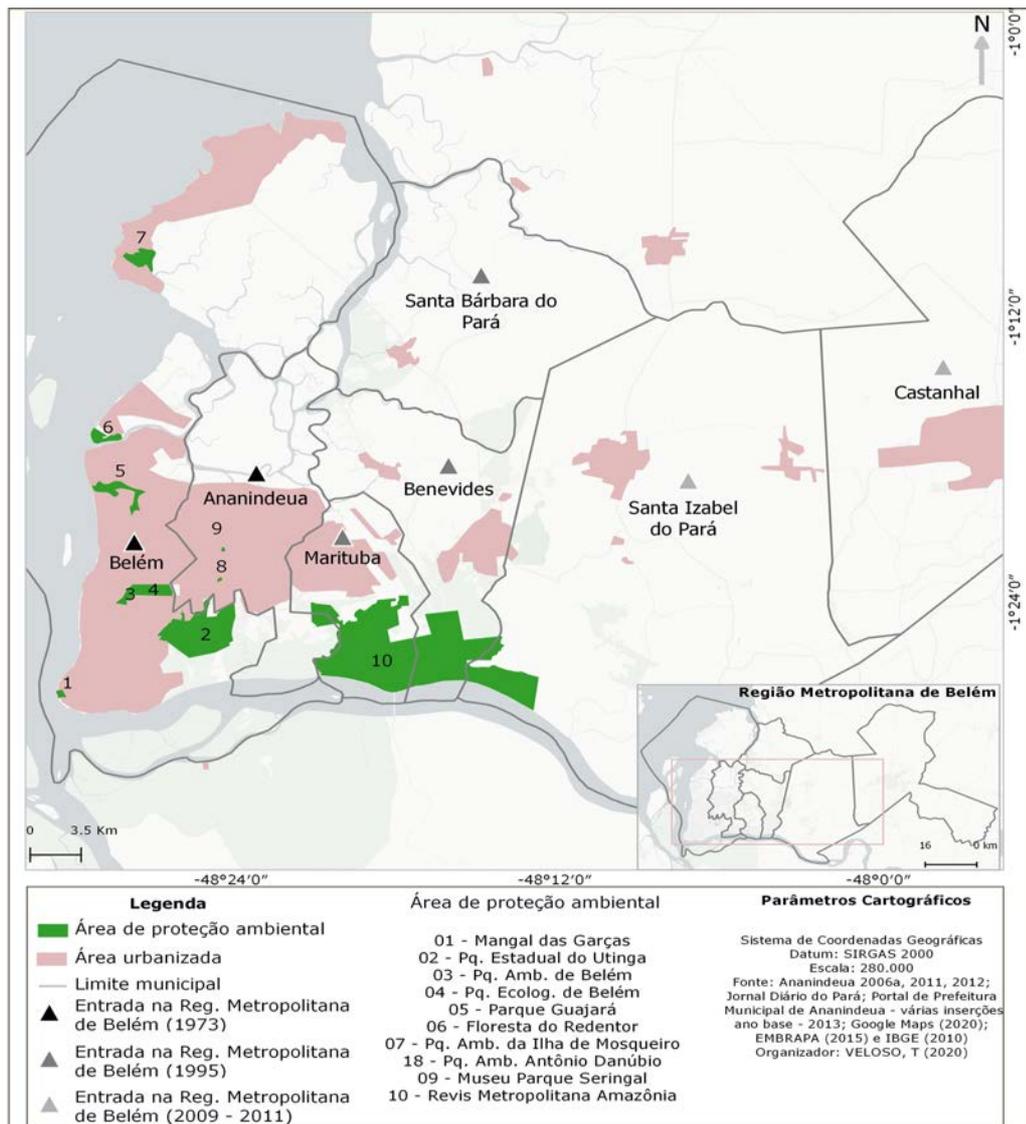
ambientais eram de interesse público para fins de preservação e recuperação (BELÉM, 1993). Áreas, que acabaram correspondendo à área de preservação efetivamente institucionalizadas em período recente, como no caso do Parque do Utinga e ao Parque Municipal Gunnar Vingren (ver Quadro 01).

Já no Plano Diretor de Ananindeua, efetivado em 2006, a preocupação com a questão ambiental se expressou com a criação de uma estrutura administrativa para tratar do tema nas diretrizes de gestão. Esse processo é iniciado com a criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente (SEMA), em 2005. No mesmo ano, o município institui uma política própria de meio ambiente, que tem como orientações a formulação e execução da Política Ambiental Municipal (ANANINDEUA, 2006). Destaca-se ainda, no Plano Diretor de Ananindeua, a efetiva participação da sociedade civil com pressão e demandas de movimentos sociais em torno da maior preservação das áreas verdes do município.

Além do ordenamento jurídico-institucional que legitima no interior da administração municipal de Ananindeua as diretrizes estabelecidas há, de forma concomitante, a construção de uma espacialidade urbano-ambiental, com a instalação do Parque Ambiental Antonio Danúbio e do Museu Parque do Seringal, ambos inaugurados na década de 2010, conforme detalhados no Quadro 01.

Por último, mas não menos importante, a participação do Governo do Estado do Pará na efetivação da política ambiental e das áreas de preservação no âmbito da RMB. A Revis Metropolitana da Amazônia, um refúgio da vida silvestre, em uma área que está contida em cinco municípios da RMB é a maior unidades de conservação em termos de extensão no espaço metropolitano de Belém e adentra o território de dois ou mais municípios, conforme descrito no Quadro 01.

Dessa forma, em termos de região metropolitana, foram constituídas um conjunto de iniciativas político-administrativas atuando conjuntamente, ainda que não de forma coordenada na construção desse mosaico ambiental metropolitano. A espacialidade desse conjunto de políticas implementadas nas últimas três décadas (1988 – 2018), se evidencia a partir da cartografia dos parques metropolitanos em Belém, conforme o Mapa 01:



**Mapa 01.** Região Metropolitana de Belém: Unidades de Conservação (1988 – 2018) (elaborada pelos autores)

Em termos de escala, a efetivação de uma política de instalação de Unidades de Conservação em escopo amplificado com o conjunto de parques metropolitanos na RMB, estão legitimados por uma rede abrangente de relações que vão desde a efetivação de uma agenda urbana e ambiental com características das demandas internacionais, passando pela institucionalização da política urbana e ambiental brasileira a partir dos anos 1980 e, por fim, da atuação efetiva, ainda que não necessariamente coordenada por atores subnacionais. Esse conjunto de práticas leva a constituição de uma nova espacialidade metropolitana com múltiplas funções além das descrita anteriormente, o que leva a necessidade de continuidade e aprofundamento da pesquisa em torno dessa nova morfologia urbana e ambiental da RMB.

### 3. Transformações econômicas na morfologia metropolitana de Belém: atividades recentes, setor logístico e as novas lógicas da economia metropolitana

A segunda das variáveis identificadas e analisada como elemento de mudanças na estrutura contemporânea na Região Metropolitana de Belém trata da chegada de um conjunto de unidades locacionais de atividades econômicas em municípios que compõem a periferia metropolitana de Belém, tais como Benevides e Santa Bárbara do Pará.

Uma identificação inicial dessas unidades por meio de visitas a campo e análise documental, está descrita no Quadro 02, e detectou em aspecto geral a chegada recente das atividades, datada dos anos 2000 e uma maior presença de empreendimentos relacionados ao setor logístico da economia, que trata da distribuição de bens e mercadorias, particularmente na década de 2010.

**Quadro 02** - RMB: características das unidades fabris ou industriais em Benevides, Castanhal e Santa Barbara do Pará

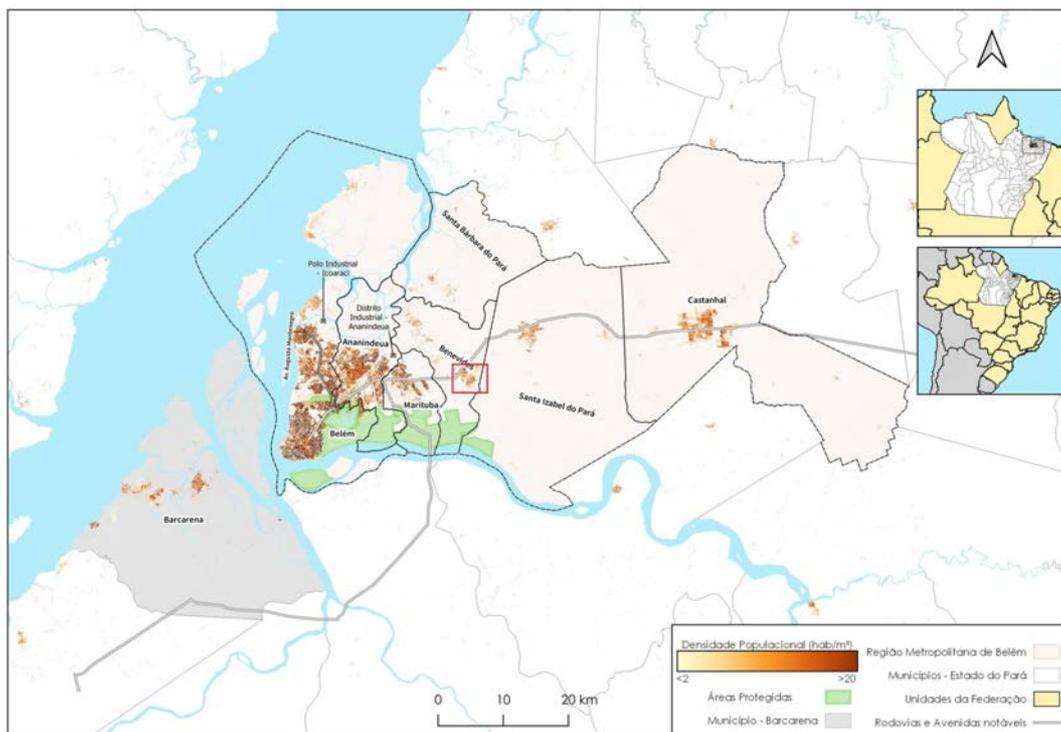
<b>Indústria</b>	<b>Localização na RMB</b>	<b>Instalação</b>	<b>Finalidade (Segundo CNAE)</b>
Distrito Industrial de Castanhal (DIC)	Municípios de Castanhal - Km 04 da PA 136		Modelo de condomínio industrial dividido em setores – construção civil, alimentícios, logística, comércio e serviços, minerais não metálicos, bioindústria, agroindústria, parque de pequena indústria e área institucional.
Log Park	Município de Santa Barbara do Pará		Complexo logístico e industrial – condomínio industrial, armazenamento de grãos, posto de combustível, porto.
Colina Distribuidora	Município de Benevides - Rodovia Br 316, SN, KM 28,	2005	Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios em Geral CNAE - 46.39-7-01
Dunorte Distribuidora	Município de Benevides - Rodovia Br 316, Km 28	2005	Comércio Atacadista De Produtos De Higiene, Limpeza E Conservação Domiciliar. CNAE é 46.49-4-08
Transporte Magalhães	Município de Benevides - Rodovia BR 316, Km 22	2007	Transporte Rodoviário De Carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. CNAE 4930-2/02
ISOPAR – Indústria e Comércio de sabões e óleos paraenses	Município de Castanhal – Rodovia PA 136, Km 05	2008	Fabricação de sabão e detergentes sintéticos

Symrise Aromas E fragancias Ltda	Município de Benevides – Rodovia Augusto Meira Filho	2014	Fabricação de aditivo de uso industrial (CNAE 20.61-4-00)
LOG Belém	Município de Benevides - BR-316, Km 20		Complexo de Condomínio. Além dos galpões classe A, o empreendimento também oferece serviços de manutenção e segurança com portaria blindada 24 horas. A estrutura conta com estacionamento, pátio de manobras, prédio de apoio, restaurante e vestiários. Módulos a partir de 1.700 m².
Globo Cargo (GLOBAL AIR CARGO LTDA – Razão social)	Município de Benevides - Rua Libertacao, 151	2017	Logística e transporte: Transporte rodoviário de carga, transporte aéreo de carga, carga e descarga, atividades de agenciamento marítimo, aluguel de maquinas e equipamentos não especificados anteriormente.
Transportadora Oeste Cargas LTDA	Município de Benevides - Rodovia Br 316	2019	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal (CNAE - 49.30-2-02)
Frutuá Grupo Zeppone	Município de Benevides – Avenida Joaquim Pereira de Queiroz	2019	Fabricação de conservas de frutas (CNAE -1031-7000)
IN LOC TRANSPORTE	Município de Benevides - Rodovia Br 316 Km 23	2019	A principal atividade dessa empresa é aluguel de Máquinas e Equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes.
Superfrio Logística frigorífica	Município de Benevides - Rodovia Pa-406, 110	2021	Destinada a preservar as condições de refrigeração adequadas de produtos
Centro de distribuição Magazine Luiza	Município de Benevides - Km. 5 da Rod. Eng. Augusto Meira Filho	2022	Armazenamento, controle e distribuição de produtos em geral das lojas Magazine Luiza. Possui também auditório, áreas de alimentação, laser e descanso para os colaboradores

ALIANZA PARK Grande Belém	Rodovia Br 316, km 20		Alianza conta com galpões ultramodernos, câmaras frigoríficas, auditório, restaurante e instalações de apoio para caminhoneiros e profissionais de transporte
Park Belém Condomínio Logístico	Município de Benevides - BR-316, km 24	(em construção)	Galpão e prédios de apoio (Informação preliminar a partir de visualização nas placas de identificação da construção).

Em análise inicial sobre a chegada dessas unidades ao longo das últimas duas décadas, partimos da hipótese da consolidação de uma maior conexão viária da RMB com os mercados sub-regionais por meio da ampliação da conectividade viabilizada por grandes objetos logísticos instalados no início dos anos 2000, como o “Sistema de Integração do Pará”, um complexo de pontes e estradas com 74 km de rodovias e 4,5 km de pontes, construídas para integrar a Região Metropolitana de Belém ao interior do Estado, inaugurada em 2002, comumente conhecido como “Alça Viária”. A Alça Viária tem início na rodovia BR-316, no Município de Marituba e termina no Município de Barcarena, permitindo acesso às rodovias PA-475/PA-150 rumo ao Sul do Pará e conectando de forma mais rápida as diversas ligações fluviais com os municípios da sub-região do Baixo Tocantins. As pontes sobre os rios Guamá, Acará e Moju permitem a interligação mais rápida do que a via fluvial, ainda utilizada.

Nesse sentido, a localização dessas unidades econômicas em municípios como Benevides e Santa Bárbara do Pará e, em menor grau, Castanhal, (Mapa 02), está associada exatamente a proximidade dessas localidades com a “Alça Viária”, como é popularmente conhecido o conjunto de pontes e estradas descritos no parágrafo anterior. Essa é apenas uma hipótese inicial que necessita ser testada na continuidade da pesquisa e, ainda que se mostre correta, não necessariamente a proximidade locacional é o único viés de explicação da decisão de localização e instalação dessas unidades econômicas nesses municípios e na própria RMB, sendo necessário considerar fatores outros, tais como custo da terra em municípios periféricos da metrópole, impacto de subsídios e incentivos fiscais e o potencial uso ou aproveitamento de outros modais de transporte, como o fluvial. E fatores estruturais como o recente movimento de ascensão de comércio via internet, o e-commerce, que necessita ampliar a infraestrutura material de suporte e distribuição das mercadorias.



**Mapa 02.** Região Metropolitana de Belém: localização das atividades descritas

Fonte: os autores (2021)

Convém esclarecer que em termos de procedimentos metodológicos, o mapeamento das unidades econômicas e das unidades de conservação foi realizado ao longo do segundo semestre de 2021 e estendeu ao longo do primeiro semestre de 2022, viabilizado por meio de visitas de campo as áreas inicialmente identificadas como de ocorrência de ambas. Importante esclarecer que tais visitas se deram em respeito as situações específicas das condições sanitárias decorrentes da disseminação do Novo Coronavírus que por mais de uma vez dificultou ou impediu o deslocamento de pesquisadores e bolsistas de em virtude do respeito as normas de segurança estabelecidas e a maior dificuldade de deslocamento nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém.

Ademais, buscou-se por meio da coleta de informações e dados compreender em quais setores específicos da economia essas unidades fazem parte do ponto de vista de suas atividades efetivamente realizadas. Isso se deu por meio da busca de informações detalhadas sobre as empresas que foram observadas via a Tabela de Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE).

Um segundo momento visa a verificar a existência de subsídios ou incentivos fiscais dados a essas empresas por meio de instituições de fomento a economia regional, tais como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia S. A. (BASA), o Banco do Estado do Pará (BANPARÁ) ou mesmo órgãos e instituições de fomento nacionais, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

#### 4. Conclusões

Considerando que metrópoles de projeção regional como a Região Metropolitana de Belém constituem peças de uma geografia econômica global em que uma metrópole regional produz uma interdependência entre a economia espacial de extração de rendas fundiárias e a produção de seu espaço metropolitano, identificamos que a reestruturação recente que ocorre na RMB pode ser observada a partir de duas variáveis descritas neste texto, sem prejuízo de outras evidências: a) a produção de unidades de conservação ambiental em escala metropolitana, em estrita afinidade com as tendências de planejamento e gestão metropolitana em valorizar temáticas ambientais, por meio do marketing urbano e da produção de uma verdadeira natureza urbanizada que no caso da RMB se dá por meio da efetivação de uma política de instalação de unidades de conservação em metropolitano, legitimados por uma rede abrangente de relações que vão desde a efetivação de uma agenda urbana e ambiental com características das demandas internacionais, passando pela institucionalização da política urbana e ambiental brasileira a partir dos anos 1980 e, por fim, da atuação efetiva, ainda que não necessariamente coordenada por atores subnacionais. Esse conjunto de práticas leva a constituição de uma nova espacialidade metropolitana com múltiplas funções, o que leva a necessidade de continuidade e aprofundamento da pesquisa em torno dessa nova morfologia urbana e ambiental da RMB.

Ao mesmo tempo, identificamos uma segunda tendência na reestruturação do espaço metropolitano em Belém: b) a chegada recente de um conjunto de firmas ligadas ao setor logístico que parecem estar associada a um movimento mais geral de reforço do papel logístico da metrópole em relação a sua região. Nesse aspecto, a despeito de características que são próprias de firmas que atuam no setor logístico – conhecimento de fornecedores locais, mão de obra especializada, possíveis frente de valorização, conexão com políticos locais, aprimoramentos progressivos da infraestrutura e alcance de maiores mercados consumidores, esses fatores não tem impedido a chegada desses novos agentes econômicos.

Esses elementos ainda precisam ser melhor descritos e analisados, correlacionado as próprias características da produção do espaço metropolitano de Belém, marcado por processos de concentração de capitais e força de trabalho mediado, sobretudo, por grupos econômicos regionais do terciário, que fizeram da metrópole seu território de atuação, mas que estão recentemente se deparando com a chegada de grupos nacionais e globais competindo nos diversos mercados urbanos que anteriormente constituíam uma espécie de “mercado cativo”. É esse o esforço de pesquisa que esse texto visou expor de forma inicial e relacionar ao esforço de análise das tendências de reestruturação dos espaços urbanos e regionais no Brasil contemporâneo.

#### 5. Referências

ANDERSSON, Ida; JAMES, Laura. Altruism or entrepreneurialism? The co-evolution of green place branding and policy tourism in Va“xjo“, Sweden. **Urban Studies** 2018, Vol. 55(15) 3437–3453.

ANGELO, Hillary; BASTOS, P. P. M (Tradutor). O imaginário do esverdeamento urbano: a natureza urbanizada na região alemã do vale do Ruhr. **E-metropólis**, n. 41, junho, 2020, p. 08 - 29.

ALMEIDA, T. R. C. Belém, uma história Ambiental: representações da Natureza na capital paraense (1897 a 1902). *Simpósio Nacional de História (ANPUH): conhecimento histórico e diálogo social*. Natal, Rio Grande do Norte, 2013

ANANINDEUA. Lei nº 2.154. **Política Municipal de Meio Ambiente de Ananindeua**. 2005(a).

ANANINDEUA. Lei nº 2.237. **Plano Diretor de Ananindeua**. 2006.

ANDRADE, Kahoma C.; TOZI, Shirley. C. Influências da dispersão metropolitana sobre a cobertura vegetal: análise do complexo Cidade Nova, em Ananindeua. In: SANTOS, T, V; TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. *O urbano e o metropolitano em Belém: (re)configurações socioespaciais e estratégias de planejamento e gestão*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

ARAÚJO, A. R. O; RIOS, N. A; SOUZA, V. G. Refletindo sobre as Unidades de Conservação na Região Metropolitana de Belém/PA. *Anais...VII Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação (CONNEPI)*. Palmas, 2012.

CAVALCANTI, A. C. R. **A difusão da agenda urbana das agências multilaterais de desenvolvimento na cidade de Recife**. Dissertação (Mestrado), 2008. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2008.

HOFFMAN, Lisa. (2011) Urban modeling and contemporary technologies of city-building in China: the production of regimes of green urbanisms, in: Roy, A., Ong, A. (Eds) *Worlding Cities: Asian Experiments and the Art of Being Global*, pp. 55–76. Chichester: Blackwell.

BROWDER, John. O.; GODFREY, Brian. J. **Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira**. Manaus: EDUA, 2006.

CORRÊA, Roberto. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

IBGE. Sistema de Recuperação de Dados. **Informações dos Censos demográficos brasileiros: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010**. Brasília: IBGE, 2010.

LENCIONI, Sandra. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, Natal, n. 39, p. 07-20, 2008.

RODRIGUES, J. E. C; LUZ, Luiziane. M. **Atlas de áreas verdes da cidade de Belém**. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará / Grupo de Pesquisas (GAPTA), 2012.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA. Maria. Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair. C. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana. **Revista Geografares**, Vitória, v. 1, n. 1, jun. 2000.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair. C. C; LEITE, Gabriel. C. S. MetrÓpole e economia urbana na Amazônia: Olhando Belém na perspectiva da Teoria dos Circuitos. **Revista e-metropolis**. N. 36, ano 10, março / 2019, páginas 09 –18.

RIBEIRO, Willame. **Interações espaciais na rede urbana do Nordeste do Pará: particularidades regionais e diferenças de Bragança, Capanema e Castanhal**. 356p. Tese

(Doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2017.

### Referências documentais

BONNA, Mauro. Log Park se prepara para ser inaugurado em Santa Bárbara. DOL, disponível em: < <https://dol.com.br/colunistas/mauro-bonna/672626/log-park-se-prepara-para-ser-inaugurado-em-santa-barbara?d=1> > Fevereiro de 2022.

CONSULTAS.PLUS. L. Zeppone Industria e Comercio de Alimentos Eireli. Disponível em: < <https://consultas.plus/lista-de-empresas/para/benevides/35588390000147-l-zeppone-industria-e-comercio-de-alimentos-eireli/> > Janeiro de 2022.

DIASE CONSTRUTORA. Centro de distribuição. Disponível em: < <https://www.diase.com.br/detalhe-obra.php?id=118> > Abril de 2022.

Diário Cidade. Colina Distribuidora em Benevides, PA. Disponível em: < <https://www.diariocidade.com/pa/benevides/guia/colina-distribuidora-07436513000199/> > Abril de 2022.

FONSECA. Igor. Benevides já dispõe de empreendimento logístico da cadeia do frio. Agência Pará, disponível em: < <https://agenciapara.com.br/noticia/33453/> > Março de 2022.

IBGE. CONCLA. Disponível em: < <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?view=subclasse&tipo=cnae&versao=10&subclasse=1031700> > em Abril de 2022.

NASCIMENTO, Igor. Codec e Magazine Luiza discutem instalação de Centro de Distribuição em Ananindeua. Agência Pará, disponível em: < <https://agenciapara.com.br/noticia/14256/> > Abril de 2022.

FONSECA, Igor. Grupo Empresarial Zeppone inaugura nova unidade industrial em Benevides. REDE PARÁ. Disponível em: < <https://redepara.com.br/Noticia/222577/grupo-empresarial-zeppone-inaugura-nova-unidade-industrial-em-benevides> > Janeiro de 2022.

GUIA DE CASTANHAL. ISOPAR – Indústria e Comercio de Sabões e Óleos Paraense. Disponível em: < <https://guiadecastanhal.com.br/empresa/detalhes/7050> > Janeiro de 2022.

NASCIMENTO, Igor. Castanhal terá condomínio Industrial a partir de 2021. Agencia Pará. Disponível em: < <https://agenciapara.com.br/noticia/22680/> > Fevereiro de 2022.

SILBER, Paulo. Magazine Luiza terá 52 lojas no Pará. Confira as cidades. Rede Pará, disponível em: < <https://redepara.com.br/Noticia/203137/magazine-luiza-tera-52-lojas-no-para-confira-as-cidades> > Abril de 2022

SOLUTUDO. Ball. Disponível em: < <https://www.solutudo.com.br/empresas/pa/benevides/embalagens/ball-17454372> > Fevereiro de 2022.

SOLUTUDO. Symrise Aromas E Fragancias Ltda. Disponível em: < <https://www.solutudo.com.br/empresas/pa/benevides/industrias/symrise-aromas-e-fragancias-ltda-12274824> >

SOLUTUDO. Dunorte Distribuidora. Disponível em: < <https://www.solutudo.com.br/empresas/pa/benevides/comercio-atacadista-de-produtos-de-higiene-pessoal/dunorte-distribuidora-17620101> > Abril de 2022.

REDESIM.Consulta publica CNPJ. Disponível em: < <https://consultacnpj.redesim.gov.br/> > abril de 2022.

- 
- i Para Lencioni (2008), a metropolização do espaço diz respeito a difusão da urbanização pela sociedade e pelo território, intensificada a ponto de engendrar a forma contemporânea de urbanização nas sociedades de mercado avançadas, a metrópole (LENCIONI, 2008, p. 52).
- ii Para Santos e Silveira (2001), a urbanização do território e da sociedade caracteriza o Brasil no início do século XXI, tal processo é entendido enquanto a disseminação desigual do meio técnico-científico-informacional (SANTOS; SILVEIRA, 2001).
- iii Considerando os sete municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém, a população total do aglomerado metropolitano é de 2.422.481 milhões de pessoas, sendo assim o segundo maior aglomerado metropolitano regional, atrás apenas da Região metropolitana de Manaus, com 13 municípios e um total populacional de 2.676.936 milhões de habitantes (IBGE, 2010; 2016).
- iv Definimos conceitualmente Metrópole aos aspectos funcionais do aglomerado urbano metropolitano, considerando os fixos (infraestrutura urbana, logística de mobilidade metropolitana) e fluxos (demográficos, de bens, mercadorias, pessoas e atividades) que caracterizam a fluidez desse espaço e não estão necessariamente limitados por definições político-administrativas.
- v Já a Região Metropolitana é o espaço institucional definido pelas esferas do Estado, nesse caso, a esfera estadual, para fins de administração, planejamento e gestão do espaço metropolitano e está definido pela composição territorial dos limites municipais que dela fazem parte.
- vi A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) foi estabelecida em 1988, pela Lei Estadual nº 5457, denominada Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM). O órgão foi reorganizado duas vezes, em 1993 e em 2007, quando garantiu sua constituição e denominação atual.
- vii A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém (SEMMA) foi criada em 2003, através da Lei Ordinária nº 8233/2003, em substituição de uma Fundação a “Fundação dos Parques e das Áreas Verdes de Belém (FUNVERDE)”. Também foram criados o Conselho Municipal do Meio Ambiente e o Fundo Municipal do Meio Ambiente.
- viii A Secretaria Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente de Ananindeua foi criada em 2005, com a Lei Municipal nº 2147/2005. No mesmo ano foi instituída a Política Municipal de Meio Ambiente de Ananindeua.
- ix Entre 2001 e 2019 a frota de veículos automotores das duas maiores cidades da RMB cresceu de forma exponencial. Em Belém, a frota de 145 mil veículos em 2001, passou a 469 mil veículos em 2019. Em Ananindeua, 22 mil (2001) para 146 mil (2019). Dados oficiais do Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN/PA).